

## Fiesp e Ciesp entregam à ANA proposta alternativa para o racionamento de água nas bacias PCJ

Proposta é resultado de consenso nas discussões entre diretores da entidade e empresas associadas da região

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp) enviaram documento à Agência Nacional de Águas (ANA) propondo a adoção de regras operacionais específicas para o setor produtivo no regime de racionamento de água a ser implementado nas bacias PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiaí), afetadas pela situação do Sistema Cantareira. A proposta é resultado de consenso nas discussões realizadas por diretores e representantes locais da Fiesp e do Ciesp em conjunto com empresas associadas, incluindo representantes dos maiores usuários industriais.

Os principais aspectos do documento referem-se à isonomia entre os usuários e à necessidade de uma avaliação dos impactos em relação às características operacionais contínuas de funcionamento das plantas industriais e dos diferentes usos de água. O setor reconhece que o regime de racionamento é uma decisão técnica necessária, mas que é preciso garantir as questões de segurança operacional das plantas industriais.

Diante da gravidade da situação, no entendimento da Fiesp e do Ciesp, o setor industrial, além de já ter feito a lição de casa, reduzindo consumo e implantando soluções sustentáveis, como o reúso, está somando esforços com os demais setores da sociedade para o enfrentamento da atual crise de abastecimento de água, com seriedade e profissionalismo.

### Setor reduziu consumo de água

De acordo com levantamento do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, 95% das indústrias de São Paulo são de micro e pequeno porte e utilizam a rede pública de água. O atual parque industrial das bacias PCJ e do Alto Tietê soma aproximadamente 56 mil empresas. Das 326 indústrias de grande porte instaladas nessas duas bacias, muitas captam água diretamente dos rios e são afetadas pela atual crise de abastecimento. A maioria delas adota práticas de reúso há mais de dez anos e busca fontes alternativas, por estarem localizadas em áreas críticas de disponibilidade hídrica.



Nos últimos dez anos, houve redução de volume consumido nas bacias PCJ, mesmo com o crescimento do setor industrial na região, em função de projetos de otimização de processos, uso racional de água e reúso. Nas bacias PCJ, de 2002 a 2012, houve uma redução de 47% da demanda industrial de água. Em 2002, o valor requerido era de 14,56 m<sup>3</sup>/s. Em 2012, caiu para 7,71 m<sup>3</sup>/s, conforme dados do Relatório de Situação PCJ 2004-2006 e de 2013.

Segundo dados compilados do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água (2006-2014), 89% das indústrias inscritas praticam o reúso em seus processos produtivos, gerando uma economia de 59 milhões de m<sup>3</sup>/ano, o que equivale ao abastecimento de uma cidade como Sorocaba, cuja população supera o patamar de 500 mil habitantes, de acordo com números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

*Solange Solón Borges, Agência Indusnet Fiesp*

### Metas de produção e consumo sustentáveis são debatidos em seminário na Fiesp

As metas para o segundo ciclo de implantação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, que irá de 2015 a 2018, foram discutidas em seminário promovido pela Fiesp em conjunto com o Instituto Cidade Sustentável (ICS), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Confederação Nacional da Indústria (CNI). O evento foi realizado no dia 6 de novembro.

Página 2

### Encontro sobre mudança do clima sinaliza que haverá fortes discussões na COP 20

O Comitê de Mudanças Climáticas da Fiesp acompanhou o encontro preparatório realizado em Bonn, na Alemanha, para a COP 20. Os principais pontos de divergência entre países desenvolvidos e em desenvolvimento estão no conceito de equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e sobre a capacidade de cada país em lidar com as mudanças do clima.

Página 5

### Inscrições para o Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água vão até o dia 12 de dezembro

Projetos implementados para a promoção do uso eficiente de água, visando à redução do consumo e desperdício, podem ser inscritos, até o dia 12 de dezembro, para concorrer ao Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água. A iniciativa, realizada há 10 anos, tem como objetivo reconhecer e homenagear ações do setor industrial que gerem benefícios ambientais, econômicos e sociais.

Página 14

# Seminário na Fiesp debate plano de produção e consumo sustentáveis

No evento, foram analisados temas do primeiro ciclo de implantação (2011/2014) e revisados os que fazem parte da segunda etapa, que irá de 2015 a 2018



Pedro Dallari, diretor da Fiesp (ao centro): problema da gestão de resíduos é grave

Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

O diretor titular adjunto do DMA, Paulo Dallari, alertou, na abertura do seminário sobre produção e consumo sustentáveis, que o problema da gestão de resíduos é grave e que, se nada for feito, pode se converter em uma grande preocupação, assim como a crise hídrica que afeta o Estado de São Paulo e outras localidades do País. “A Fiesp estará sempre articulada e apoiando qualquer iniciativa de solução”, assinalou Dallari. O seminário, realizado no dia 6 de novembro, foi uma iniciativa conjunta da Fiesp, Instituto Cidade Sustentável (ICS), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Confederação Nacional da Indústria (CNI), com apoio da Braskem, Caixa e Syngenta.

O presidente do ICS, Paulo Sérgio da Silva, observou que nada é mais atual do que discutir sustentabilidade. “Um relatório da ONU, distribuído no dia 3 de novembro, estabeleceu que sob hipótese alguma podemos deixar que a temperatura da Terra aumente quatro graus até 2100. Se não tomarmos uma atitude, uma ação, uma providência, para produzirmos e consumirmos produtos que tenham como base a sustentabilidade ambiental, com



Ariel Pares, do Ministério do Meio Ambiente: governo aposta muito no instrumento do poder de compra do Estado

certeza as próximas gerações vão sofrer”, ressaltou. Sérgio da Silva destacou que o governo brasileiro está trabalhando no segundo ciclo do Plano.

Ariel Pares, diretor do departamento de Economia e Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente, afirmou que nos próximos seis anos estará em jogo, em âmbito global, o debate de duas questões importantes: os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que após 2015

irão substituir os atuais Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), e as discussões sobre mudanças climáticas.

## Compras governamentais

Pares ressaltou que não se promovem mudanças sem estímulos. “As empresas ganham porque têm mercado e têm condições de reagir positivamente em função de oportunidades. E nós ganhamos porque elas contribuem com um processo produtivo que é menos impactante. E com isso ganha a sociedade.” O diretor do MMA chamou a atenção para três aprendizados necessários: os instrumentos a serem utilizados, os estímulos que podem ser dados pelo governo e, por fim, o de que esse processo envolve o estabelecimento de uma relação de confiança entre setor

público e privado. O governo, destacou Pares, aposta muito no instrumento do poder de compra do Estado.

As compras governamentais são justamente um dos temas dos debates que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) vem promovendo com federações e com associações industriais, segundo o representante da CNI, Sérgio Monforte. “Um ponto crítico é a definição de critérios. Quais são esses critérios na prática? Critérios que estão relacionados aos produtos eletroeletrônicos são muito diferentes aos dos produtos de limpeza”, ressaltou Monforte, propondo diálogos setoriais que também tenham como base estudos científicos que deem substância às discussões.



Sérgio Monforte, da CNI: é preciso definir critérios em conversas setoriais

Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Monforte disse ainda que no cenário internacional discute-se uma norma ISO sobre compras sustentáveis. Para elaborar a posição brasileira, uma comissão da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vai promover uma reunião no dia 4 de dezembro, no Rio de Janeiro.

O vereador de São Paulo, Gilberto Natalini, convidado do evento, observou que o estresse ambiental tem causa. “E a causa somos nós. Então somos nós que temos que resolver. Sei o quanto a indústria paulista tem se esforçado para ajudar a resolver esse problema. A palavra que mais resume isso é conversa e diálogo.”

Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Produção e consumo sustentáveis

# Sistema financeiro analisa diretrizes sobre responsabilidade socioambiental

A política socioambiental do sistema financeiro foi debatida em painel mediado pela analista do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Regina Cavini

Em abril deste ano, o Banco Central estabeleceu, por meio da resolução 4.327, as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições do setor financeiro. O assessor do departamento de regulação do sistema financeiro do Banco Central, Antonio Marcos Guimarães, explicou as motivações do BC, pioneiro na criação de uma regulação. “A responsabilidade socioambiental ocorre quando se integram preocupações sociais e ambientais nas atividades do negócio e nas relações com as partes interessadas. Não queremos que essa questão seja tratada como filantropia ou marketing. Queremos efetividade. Responsabilidade socioambiental é auferir lucro com comportamento ético e responsável”, destacou. Segundo Guimarães, o Banco Central decidiu criar uma regulação ao perceber que iniciativas de autorregulamentação não estavam tendo a efetividade necessária para garantir padrões mínimos, enquanto outras instituições mantinham uma posição negligente, o que poderia expor o sistema financeiro a risco. “Para reduzir essas falhas de mercado, nós resolvemos intervir com a norma para estabelecer padrões mínimos que todos têm que respeitar”, afirmou, ressaltando que os próximos passos serão a criação do relatório de PRSA, para mensurar a efetividade da política, a implementação e autorregulação.

Representando o lado das instituições financeiras, Maria Eugênia Taborda, gerente de Sustentabilidade do Itaú, ressaltou a importância dos princípios de proporcionalidade e relevância na aplicação da regulação. Segundo ela, com a criação da norma, muitos empresários consideraram que isso dificultaria o acesso ao crédito, mas ela acredita que a norma não tem o objetivo de limitar o crédito. “A gente não quer deixar de fazer negócios, a gente quer fazer bons negócios. O banco tem todo o interesse em dar crédito para todas as empresas, mas precisa pensar em mitigar os impactos socioambientais dos projetos e ajudar as empresas a se adequarem”, explicou a executiva. Para Maria Eugênia, a norma dá as diretrizes, mas cada empresa precisa ser tratada de acordo com seu tamanho, tipo e peculiaridades. “Quando a gente fala em gestão de risco socioambiental, não é igual para todo mundo. Não dá para utilizar as mesmas normas que eu aplico em uma grande empresa para um pequeno empresário”, destacou.



Linda Murasawa, da Febraban, afirma que há um olhar de estímulo de crédito para clientes que aplicam a responsabilidade socioambiental



Para Antonio Marcos Guimarães, do Banco Central, responsabilidade socioambiental é auferir lucro com comportamento ético e responsável

## Estímulo às boas práticas

A diretora-adjunta da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e superintendente executiva de Sustentabilidade do Santander, Linda Murasawa, falou sobre a relação da resolução com o programa de produção e consumo sustentável. “Cada vez que as empresas trazem conceitos de responsabilidade socioambientais, estão fazendo a mitigação de riscos de legislações ambientais, das questões sociais e também a econômica, porque estão fazendo uma proteção ao capital. Começa a ter mais eficiência, melhoria dos custos de produção e traz competitividade ao produto, tanto no mercado nacional quanto no internacional”, afirmou.

Segundo Murasawa, o banco tem um olhar de estímulo de crédito para os clientes que aplicam a responsabilidade socioambiental, por ele ter boas práticas, e destina capital para as empresas que estão cada vez mais aderentes às práticas. Ela observou ainda que o banco também analisa a sua própria atuação. “A produção e o consumo sustentável também se aplica ao banco. Um banco também produz. No caso do Santander, que tem cerca de 28 milhões de clientes, o envio de um extrato é um processo produtivo. Existe também do lado do banco uma preocupação com um processo sustentável.”

Para a representante da Febraban e do Santander, essa política também colabora para o País na competição internacional. “A gente compete com *players* muito pesados. Por isso, quando eu falo que o Brasil tem política de responsabilidade socioambiental para os bancos e que o setor industrial brasileiro respeita todas as regras nacionais e internacionais e tem aderência a políticas de sustentabilidade, fica mais fácil trazer o fluxo de capital para o País. Tudo isso compõe um ecossistema, que traz benefícios para todos. O cumprimento das exigências e as práticas de todos os processos de sustentabilidade colocados pela ONU vão fazer com que o nosso país tenha destaque no cenário mundial, algo que o Brasil já tem, mas há espaço para crescimento”, destacou.

Produção e consumo sustentáveis

# Diretor da Fiesp ressalta que desafios para o setor industrial são gigantescos

Para João Redondo, as boas práticas relacionadas às ações sustentáveis se transformaram em obrigação e é preciso refletir sobre as soluções



João Redondo, diretor do DMA, afirma que agentes envolvidos devem refletir sobre soluções

Com os marcos regulatórios, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), as boas práticas relacionadas às ações sustentáveis se transformaram em obrigação e os agentes envolvidos precisam refletir sobre as soluções. A observação foi feita pelo diretor do DMA, João Redondo, ao participar do seminário que discutiu a produção e o consumo sustentáveis. “É um desafio gigantesco para a indústria”, ressaltou.

Ao falar da PNRS, o especialista ambiental da Fiesp, Ricardo Lopes Garcia, apresentou um breve panorama sobre os acordos setoriais em logística reversa no País. Segundo ele, dois setores, o de vidros e o de latas, ainda não chegaram a um acordo. “Cada cadeia tem



Ricardo Lopes Garcia observou que cada cadeia produtiva tem peculiaridades

uma peculiaridade. Um setor que fechou acordo foi o de embalagens de óleo lubrificante, em 2012. Em São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, isso vai se espalhar para todo o Brasil, no sentido de serem assinados termos de compromissos com todos os estados e municípios”, salientou.

Na visão de Ariel Pares, diretor do Departamento de Economia e Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a evolução na Política Nacional de Reciclagem é um trabalho coletivo. “É preciso criar um plano nacional de responsabilidade em reciclagem. Reciclamos 1% de matéria seca. Estamos muito distantes do ideal”, opinou. Segundo ele, coordenação, recursos e responsabilidade são essenciais para que haja avanços em temas estratégicos relacionados à sustentabilidade. “Há uma discussão no setor público e outra no setor produtivo. Temos muitos atores”, afirmou.

Para Paulo Pompilio, diretor de Comunicação e Relações Institucionais do Grupo Pão de Açúcar, a evolução do varejo é visível no que se refere às práticas sustentáveis. Segundo ele, o varejo já entendeu a



Segundo Paulo Pompilio, do Grupo Pão de Açúcar, os clientes, apesar de aprovarem, nem sempre estão dispostos a pagar mais caro por produtos sustentáveis.

necessidade de ofertar produtos e serviços que respeitam essas práticas. “Temos que ofertar produtos conscientes. Isso é um diferencial nas gôndolas. Entretanto, o cliente, apesar de aprovar, não está disposto a pagar mais caro por produtos sustentáveis”, observou.

Pompilio relacionou diversas parcerias e acordos entre o varejo e o setor industrial. Entre eles, foi apresentado o projeto Caixa Verde, idealizado pelo Pão de Açúcar, que convida os clientes a retornar embalagens para reutilização.

Guilherme Abati, Agência Indusnet Fiesp

## Cadastro de prestadores de serviços ambientais da Fiesp



A Fiesp mantém um cadastro eletrônico que reúne centenas de empresas e consultores que prestam serviços na área ambiental. Criado com o objetivo de facilitar a gestão ambiental em indústrias, o cadastro fornece os dados para contato, localização e uma descrição das principais atividades desenvolvidas pelo prestador ou dos produtos oferecidos. O sistema de consulta, baseado em palavras-chave, é aberto a todas as empresas.

As consultas podem ser feitas no endereço [http://apps.fiesp.com.br/cadastro\\_dma/inicioconsulta.asp](http://apps.fiesp.com.br/cadastro_dma/inicioconsulta.asp)

As informações divulgadas no cadastro são de responsabilidade do prestador de serviço ou do fabricante. Os dados ficam disponíveis no cadastro por seis meses, sendo eliminadas automaticamente ao término do período. Após o cancelamento, o fornecedor poderá fazer um novo cadastro. Todos os dados são fornecidos por meio de formulário eletrônico. O cadastramento pode ser feito no endereço [http://apps.fiesp.com.br/cadastro\\_dma/iniciocadastro.asp](http://apps.fiesp.com.br/cadastro_dma/iniciocadastro.asp)

A Central de Relacionamento da Fiesp pode ser consultada em caso de dúvidas pelo telefone (11) 3549-4499 ou pelo e-mail [relacionamento@fiesp.org.br](mailto:relacionamento@fiesp.org.br)

Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Pré-COP

# Mudança do clima é discutida em Bonn, mas encontro não foi decisivo

Resultado sinaliza fortes discussões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento na COP 20, que será realizada em Lima, em dezembro deste ano

A Fiesp acompanha as negociações internacionais sobre mudanças climáticas desde 2009, ano em que foi realizada em Copenhague a Conferência das Nações Unidas sobre o tema. O objetivo é traduzir os impactos dos acordos globais para o setor e sua possível influência na definição de políticas industriais e processos produtivos.

A preparação para a COP 20, a ser realizada em dezembro deste ano, em Lima, no Peru, conta com negociações multilaterais que antecedem a esse encontro decisivo. Dois encontros prévios já foram realizados. Um deles, de alto nível, ocorreu em Nova York, em setembro, com o objetivo de detalhar os elementos que determinarão o *framework* do futuro novo acordo sob as diretrizes da Plataforma de Durban (ADP). Esse encontro contou com a presença de mais de 100 líderes governamentais e empresariais, sob a coordenação do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, e atingiu seu objetivo com a mobilização das diversas lideranças mundiais, o que, a princípio, permitirá a assinatura do novo acordo em Paris em 2015, durante a COP 21.

O Comitê de Mudanças Climáticas da Fiesp acompanhou o segundo encontro, que ocorreu em Bonn, na Alemanha, de 20 a 25 de outubro. As diretrizes principais foram desenvolvidas pelo secretariado e coordenadores da Plataforma de Durban em documentos chamados de *non-paper*:

- Aprofundar a discussão sobre os elementos para o novo acordo;
- Elaborar os requisitos e de que forma as Contribuições Nacionalmente Determinadas (INDCs) serão consideradas no futuro acordo;
- Tratar dos esforços de ambição de redução de emissões no período pré-2020.

## Polarização

Em Bonn, persistiu a polarização entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, algo cada vez mais marcante e com divisões

mais profundas. O principal ponto de divergência foi o tratamento das bases da convenção-quadro no que diz respeito ao conceito de equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, bem como das respectivas capacidades de cada país em lidar com as mudanças do clima dentro do novo acordo.

Houve intensa discussão sobre a forma em que esses novos elementos devem ser tratados. Os países desenvolvidos defendem que o novo acordo deve con-

templar apenas ações de mitigação, provavelmente com meta global, em valor absoluto ou porcentual, e que todos os países devem ter o mesmo grau de responsabilidade. Os países em desenvolvimento entendem que as ações de mitigação no novo acordo devem ter a mesma relevância das ações de adaptação suportadas por financiamento, transferência de tecnologia e capacitação, que devem ser, prioritariamente, fornecidos pelos países desenvolvidos.

A mesma lógica se aplicaria às Contribuições Nacionalmente Determinadas (INDCs), com as quais os países desenvolvidos não concordam por entenderem que elas são de responsabilidade de cada país, de forma individual, mas que, se inscritas no novo acordo, seriam vinculantes.

*Da equipe do Comitê de Mudanças Climáticas da Fiesp, de Bonn, Alemanha, Agência Indusnet Fiesp*



## Relatório do IPCC será guia para acordo climático global em 2015

Líderes mundiais aguardam com expectativa a divulgação da síntese do quinto relatório de avaliação sobre mudanças climáticas, elaborado pelo Painel Internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas – o IPCC, na sigla em inglês. Cientistas e membros de governos estiveram reunidos em Copenhague, capital da Dinamarca, a portas fechadas, para finalizar o documento, que promete ser o mais abrangente já elaborado no setor.

Segundo o presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, o documento funcionará como um guia para que os desenvolvedores de políticas públicas consigam chegar a um acordo que permita a redução das emissões de gases de efeito estufa, responsáveis pela elevação da temperatura do planeta. As negociações para um tratado climático global, com metas mais rigorosas para as nações, avançarão até a 21ª Conferência do Clima, que ocorrerá em dezembro de 2015, em Paris. A elaboração do quinto relatório do IPCC teve a participação de 830 cientistas de 80 países, divididos em três grupos de trabalho. Os

resultados de cada grupo foram divulgados em três documentos, ao longo dos últimos 13 meses. A síntese, que está sendo elaborada, abordará as principais conclusões e orientações dos cientistas. “O relatório garante o conhecimento necessário para a tomada de decisões bem fundamentadas e para a construção de um futuro melhor e mais sustentável. Com ele, entenderemos melhor as razões pelas quais devemos agir, e as sérias consequências de não agirmos”, enfatizou Pachauri na abertura do encontro.

Por videoconferência, a secretária executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, Christiana Figueres, disse que “o quinto relatório é o mais atual e influente trabalho científico em mudanças climáticas já feito no mundo”. O ministro do Clima e Energia da Dinamarca, Rasmus Helveg Petersen, que abriu a conferência, enfatizou que se não houver ação imediata para conter as mudanças climáticas, “a dívida com as futuras gerações será crescente”.

# Vice-presidente da Fiesp defende posição do Brasil na Cúpula do Clima da ONU

Em artigo publicado no jornal "Brasil Econômico", João Guilherme Sabino Ometto destaca que a Fiesp concorda com a proposta brasileira de que os futuros acordos considerem as ações já realizadas

No artigo "Quem deve não pode temer pactos com o planeta", publicado na edição do dia 3 de novembro do jornal "Brasil Econômico", o segundo vice-presidente da Fiesp, João Guilherme Sabino Ometto, comenta um dos temas centrais da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (COP 21), agendada para novembro de 2015, em Paris. Para ele, é preciso analisar com isenção e bom senso a recusa brasileira de aderir à Declaração de Nova York sobre Florestas, documento apresentado na Cúpula do Clima da ONU, realizada no final de setembro.

No artigo, o coordenador do Comitê de Mudanças Climáticas da Fiesp afirma que não se pode entender que o Brasil esteja se negando a contribuir para conter o aquecimento e o desmatamento ou desmerecendo a proposta europeia de destinar US\$ 1,2 bilhão às nações que reduzirem perdas de cobertura vegetal. "Ao contrário. O Brasil foi um dos países que mostraram resultados concretos no evento. De 2010 a 2013, deixamos de lançar 650 milhões de toneladas anuais de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera e, nos últimos dez anos, reduzimos o desmatamento em 79%", ressalta. Para Ometto, é justa a proposta brasileira de que os futuros acordos considerem as ações já realizadas e estabeleçam metodologia para quantificar e qualificar as responsabilidades anteriores pelas



Ometto espera que a posição brasileira seja acolhida na COP 21

Foto: Everton Amaro/Fiesp

emissões de carbono. "A Fiesp concorda com a posição brasileira e espera que ela seja acolhida na COP 21", completa.

Agência Indusnet Fiesp

## Gases de efeito estufa

# Fiesp e CNI promovem oficina de capacitação em inventários corporativos



Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Oficina detalharam metodologias e terminologias de inventários de gases de efeito estufa

As diretrizes para elaboração e publicação de inventários corporativos de gases de efeito estufa (GEE), conforme especificações do Programa Brasileiro GHG Protocol, foram detalhadas em oficinas promovidas pela Fiesp e CNI nos dias 5 e 6 de novembro, em São Paulo. A iniciativa teve como objetivo preparar empresas para a elaboração do inventário, primeiro passo para se estabelecer um processo de gestão de emissões.

As oficinas tiveram como foco principal a identificação e descrição da metodologia e terminologias normalmente utilizadas na elaboração de inventários de GEE. Os eventos foram direcionados a diretores, gerentes, coordenadores e técnicos ligados ao setor industrial.

Agência Indusnet Fiesp

# União Europeia quer reduzir emissões de gases de efeito estufa em 40%

Primeiro bloco a anunciar uma posição antes da Conferência do Clima, que será realizada em Paris, em 2015, a União Europeia pretende reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 40%, até 2030, frente aos níveis de 1990. Em entrevista coletiva, a

chanceler alemã, Angela Merkel, afirmou que o acordo garante que a Europa será um ator importante em futuros acordos internacionais sobre o clima. A crise econômica, contudo, tem reduzido os financiamentos para projetos verdes.

Cosema

# Prefeitura de São Paulo vai criar ecopontos e aumentar capacidade das centrais de triagem

O presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb), Silvano Silvério da Costa, detalhou, em reunião no Conselho de Meio Ambiente da Fiesp, ações para o tratamento de resíduos sólidos na cidade



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Embaixador Adhemar Bahadian, coordenador das atividades dos conselhos superiores da Fiesp, o presidente da Amlurb, Silvano Silvério da Costa, o presidente do Cosema, Walter Lazzarini, o vice-presidente do Cosema, Celso Monteiro de Carvalho, e o conselheiro Mario Hirose

Prefeitura de São Paulo traçou diversas metas para o aproveitamento mais eficiente de resíduos sólidos, secos e orgânicos, até 2020. Entre os objetivos, está o de eliminar totalmente a deposição irregular de pneus, criar 300 ecopontos para o recebimento de resíduos da construção civil e aumentar a capacidade das centrais de triagem. Essas metas fazem parte do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município de São Paulo. Elas foram apresentadas pelo presidente da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb), Silvano Silvério da Costa, aos membros do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp.

Silvério Costa detalhou as fontes de recurso do Fundo Paulistano de Coleta Seletiva e Logística Reversa. "O fundo foi criado com duas fontes de receita: a que o município já está capitalizando, porque é fundo privado, e a que nasce da comercialização dos rejeitos, já que o município

faz o pagamento, por meio de contrato com os catadores", informou. O presidente da Amlurb explicou que o Fundo Paulistano de Coleta Seletiva e Logística Reversa tem a finalidade de estreitar a relação do poder público com o setor privado, sobretudo com os fabricantes de embalagens, no que diz respeito ao tratamento de resíduos sólidos. "O fundo já tem receita. É, na verdade, um fundo dos catadores. Quem diz o que o fundo vai aplicar é o conselho gestor, formado por representantes da Fiesp, de universidades e dos próprios catadores. Estamos tendo uma experiência muito boa de gestão", afirmou.

## Triagem de resíduos

De acordo com Costa, o Plano de Gestão Integrada tem como meta aumentar a capacidade de triagem das 22 centrais do município, que passarão de quatro toneladas por dia para 24 toneladas por dia cada uma. "Temos um convênio com o BNDES que está sendo finalizado. Até o final do ano, assinamos. Vamos modernizar as 22 centrais de triagem e aumentar a capacidade delas. Isso vai permitir chegar ao final de 2016 com uma capacidade de 1.470 toneladas, ante 150 toneladas por dia em 2013", afirmou.

A reunião do Cosema foi conduzida por Walter Lazzarini, presidente do conselho. Ele ressaltou o trabalho que a Fiesp tem feito nos últimos anos de aproximação com o setor público para tratar de questões sustentáveis, como a de resíduos sólidos. "Nós conseguimos fazer um trabalho bastante interessante de aproximação com o setor público, o que demonstra que a Fiesp é uma casa que se propõe a contribuir efetivamente, inclusive por ter acúmulo de conhecimento nessas questões", enfatizou.

*Alice Assunção, Agência Indusnet Fiesp*

Normas Técnicas

# Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT (CB-38)

O CB-38 é o Comitê da Associação Brasileira de Normas Técnicas, espelho do Comitê Técnico 207 - Gestão Ambiental (TC 207) da ISO (International Organization for Standardization), que desenvolve a série de normas internacionais sobre gestão ambiental, da qual a FIESP é membro. A seguir, são apresentadas as normas que estão atualmente em discussão na ISO (TC 207) e nos subcomitês (SC) do CB-38, bem como estágios de elaboração em que se encontram

Consulta nacional

O Projeto 38:003.01-004, ISO 14025 - Rótulos e declarações ambientais - Declarações ambientais de Tipo III - Princípios e procedimentos, referente ao ABNT/CB-038 Gestão Ambiental, está

em consulta nacional até 29 novembro. O documento pode ser acessado em [www.abntonline.com.br/consultanacional](http://www.abntonline.com.br/consultanacional)

Processo de elaboração das normas ISO



## Fóruns Ambientais

### Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama)

#### Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos

A proposta da resolução Conama que dispõe sobre a gestão ambientalmente adequada e eliminação controlada de bifenilas policloradas (PCBs) e dos seus resíduos foi aprovada em reunião realizada pela Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (CTQAGR) no dia 1º de outubro. Na reunião, foram iniciadas discussões sobre proposta de resolução do Conama que dispõe sobre o controle da utilização de produtos ou processos para recuperação de ambientes hídricos. Mais informações em <http://www.mma.gov.br/port/conama/>

### Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

#### Plano Nacional de Recursos Hídricos

Os trabalhos referentes às adaptações às mudanças climáticas relacionadas ao componente água foram apresentadas em reuniões realizadas em Brasília (DF), nos dias 7 e 8 de outubro, pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH). Nos encontros, foi finalizado relatório sobre temas prioritários do Conselho discutidos na câmara técnica.

#### Revisão de valores

A proposta de revisão dos valores e dos mecanismos de cobrança apresentada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) foi analisada em reuniões realizadas pela Câmara Técnica de Cobrança (CTCOB) nos dias 22 e 23 de outubro, em Brasília (DF).

#### Entidades delegatárias

A agenda e a forma de trabalho do GT Entidades Delegatárias, da Câmara Técnica de Cobrança (CTCOB), foram definidas em reunião realizada no dia 23 de outubro, em Brasília (DF).

### Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)

#### Cobrança pelo uso da água

A elaboração de uma proposta de deliberação sobre o reajuste de preços para a cobrança pelo uso da água começou a ser discutida, em reunião realizada no dia 1º de outubro, por grupo de trabalho da Câmara Técnica de Cobrança (CTCOB).

#### Revisão da Deliberação CRH nº 90

Em reunião realizada no dia 3 de outubro, na Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (FABHAT), o Grupo de Trabalho de Cobrança discutiu a revisão da Deliberação CRH nº 90, que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.

#### Implantação de cobrança

O estudo de fundamentação para implantação da cobrança no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema (CBH-Alpa) foi analisado em reunião realizada no dia 7 de outubro pelo Grupo de Trabalho de Cobrança, da Câmara Técnica de Cobrança. Na reunião, também foi discutida proposta de deliberação de revisão da cobrança.

#### Revisão de cobrança

As condicionantes e os critérios para a elaboração de uma proposta de revisão da cobrança pelo uso da água foram discutidos, em reunião realizada no dia 14 de outubro, em São Paulo, pelo Grupo de Trabalho de Cobrança da CT-COB. O tema voltou a ser discutido em nova reunião, realizada no dia 21 de outubro.

#### Proteção das Águas

O financiamento de pagamentos por serviços ambientais (PSA) com recursos oriundos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) voltou a ser discutido em reunião realizada no dia 16 de outubro, em São Paulo (SP), pela Câmara Técnica de Proteção das Águas (CT-PA).

#### Enquadramento

A agenda e os encaminhamentos para informar o Conselho sobre os trabalhos realizados foram analisados em reunião realizada pelo GT Enquadramento no dia 27 de outubro, em São Paulo (SP).

### Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

#### Comissão Processante e de Normatização

Em reunião realizada no dia 20 de outubro, em São Paulo (SP), foi eleito o presidente da Comissão Temática Processante e de Normatização e escolhidos os relatores das matérias que estão em pauta.

### Confederação Nacional da Indústria (CNI)

#### Rede Clima

O projeto "Opções de mitigação", contratado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, foi apresentado em reunião da Rede Clima, coordenada pela CNI. Na reunião, realizada no dia 7 de outubro, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior fez uma apresentação sobre incentivos, mensuração, reportabilidade e verificação (MRV), no âmbito do Plano Indústria.

#### Rede de Resíduos

A experiência do Paraná e de São Paulo com os termos de compromisso de logística reversa, a criação de grupo de trabalho sobre requalificação de resíduos e os projetos de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em desenvolvimento, com ênfase nas que tratam de áreas contaminadas, foram os temas discutidos em videoconferência realizada no dia 14 de outubro pela Rede de Resíduos, coordenada pela CNI.

### Produção e consumo sustentáveis

O DMA participou de reunião, no dia 3 de outubro, com a analista Regina Cavini, nova responsável pelo tema de produção e consumo sustentáveis do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). No encontro, foi discutido o plano de trabalho, com foco nas questões relacionadas a patrocínio, propostas de ações e agenda de reuniões.

## Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp)

### Campinas

As oportunidades de negócios alinhadas com as políticas nacional e estadual de resíduos sólidos foram discutidas no seminário “Soluções ambientais para resíduos sólidos industriais – borracha, ácido e construção civil”, promovido pelo Ciesp de Campinas (SP), no dia 17 de outubro.

### Jaú

O DMA participou, no dia 7 de outubro, da reunião do Grupo de Meio Ambiente do CIESP em Jaú (SP). No encontro, foram discutidos temas relacionados à crise hídrica e à agenda ambiental do setor.

### Presidente Prudente

O DMA apresentou os trabalhos conduzidos nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), Unidades de Conservação (UCs) e leis ambientais, entre outros assuntos, na reunião da Diretoria e do Conselho Deliberativo do Ciesp de Presidente Prudente (SP), para apoio nas questões ambientais da região. A reunião foi realizada em 15 de outubro.

## Fiesp e Firjan

### Documento humanidade

O DMA participou no Rio de Janeiro (RJ), em 15 de outubro, do lançamento do filme “Documento Humanidade”, que consolidou as palestras e exposições realizadas durante a Rio+20 no espaço Humanidade.

## Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG)

### Governança

A forma de atuação, as finanças do Comitê e as regras para as eleições do próximo conselho foram discutidas em reunião realizada pelo GT de Governança no dia 2 de outubro.

## Poluentes orgânicos persistentes (POPs)

O DMA participou de reunião com representantes do Ministério de Meio Ambiente (MMA) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento do texto do Plano de Ação para a Gestão de Novos POPs de Uso Industrial, que está sendo elaborado pelo MMA. Participaram da reunião, realizada no dia 21 de outubro, representantes do Sindicato da Indústria de Proteção, Tratamento e Transformação de Superfícies do Estado de São Paulo (Sindisuper), da Indústria Brasileira de Árvores (IBA), da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) e do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo (Sinditextil).

## Logística reversa

Representantes do Sindicato da Indústria de Café do Estado de São Paulo (Sindicafé) se reuniram com o DMA, no dia 7 de outubro, para discutir práticas de logística reversa de embalagens de alimentos relacionadas à Resolução SMA nº 38/2011, que estabelece a relação de produtos geradores de resíduos de significativo impacto ambiental.

No dia 16 de outubro, o diretor titular do DMA, Nelson Pereira dos Reis, participou de reunião, que contou com a presença do secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Rubens

Naman Rizek Junior, para apresentação da minuta de proposta de Termo de Compromisso (TC) do setor de alimentos e bebidas do Estado de São Paulo. A proposta foi elaborada conjuntamente pela Fiesp e por representantes do setor de alimentos e bebidas.

## Política Nacional de Resíduos Sólidos

A situação atual da logística reversa e os impactos para o setor de tintas foi o tema da palestra proferida pelo DMA, no dia 23 de outubro, no XII Fórum de Segurança e Meio Ambiente do Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes do Estado de São Paulo (Sitivesp).

## Mudanças climáticas

O DMA participou do seminário “Climate Change: Brazil and United States Comparative Vulnerabilities, Regulation and Policies”, promovido pelo Núcleo de Pesquisa em Políticas e Regulação de Emissões de Carbono do Instituto de Energia e Ambiente e pela Faculdade de Direito da USP. O evento, realizado no dia 22 de outubro, discutiu o papel do Brasil e dos Estados Unidos nas negociações climáticas e os aspectos das legislações nacionais e subnacionais de ambos os países, bem como formas de aperfeiçoá-las, sobretudo no tocante às vulnerabilidades decorrentes das mudanças climáticas.

## Sustentabilidade

As mudanças climáticas, os efeitos sobre a vida e os impactos nas grandes cidades foram o tema do seminário LIDE Sustentabilidade, patrocinado pela Braskem. No evento, realizado em 15 de outubro, ocorreram apresentações do presidente da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional (CMMC) e da Coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica.

## Gestão corporativa da água

Especialistas reunidos no seminário “Rumo a uma gestão corporativa da água”, promovido pela ONG The Nature Conservancy (TNC), discutiram formas de incentivar a gestão corporativa da água e as ligações entre negócios e os riscos associados à água. O evento foi realizado em São Paulo, no dia 16 de outubro.

## Projeto conservador das águas

Em 17 de outubro, o DMA participou de visita técnica promovida pela ONG ambiental “The Nature Conservancy” (TNC) ao Projeto Conservador das Águas, em Extrema (MG). O projeto tem por objetivo a gestão e a conservação das microbacias hidrográficas do município, com o aumento da cobertura florestal nas sub-bacias.

## Gerenciando a escassez de água

O DMA fez uma apresentação, no dia 14 de outubro, sobre o tema “Realidades e Desafios: Gerenciando a Escassez de Água na Indústria” durante o X Fórum de Sustentabilidade do Sindipeças - Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores. O evento foi realizado em São Paulo (SP).

## Comissão do Meio Ambiente

### Franca

O DMA esteve na Ordem dos Advogados (OAB), em Franca (SP), no dia 17 de outubro, para avaliação dos pontos da Semana do Meio Ambiente, realizada em setembro.

## Reserva da biosfera

### Conselho de Gestão

O desenvolvimento do Programa de Jovens - Meio Ambiente e Integração Social (PJ-MAIS), do Núcleo de Educação Ecoprofissional de Paraibuna, e os resultados da Educação Científica Júnior foram apresentados em reunião do Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. A reunião foi realizada no Horto Florestal, em 14 de outubro.

### Unidade de Conservação

A proposta de criação pelo Instituto Florestal da Unidade de Conservação do Noroeste Paulista foi apresentada em reunião realizada no dia 14 de outubro pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de São José do Rio Preto (SP).

### Gerenciamento de resíduos sólidos

#### Botucatu

Em 22 de outubro, o DMA participou da reunião do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema) de Botucatu (SP), junto com os integrantes e conselheiros do Ciesp da cidade. Na reunião, foram analisados os planos de ação de cada câmara técnica e discutida a elaboração de uma moção de repúdio contra a prorrogação do prazo para os municípios elaborarem o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Também foram esclarecidas dúvidas sobre o novo código ambiental municipal.

### Inclusão dos catadores

#### Conselho Gestor

O modelo de comercialização de resíduos, procedimentos de faturamento, pagamento e as decorrências tributárias, além dos procedimentos contábeis envolvidos na relação entre cooperativas especiais, fundo e agente operador foram apresentados em reunião realizada no dia 22 de outubro, em São Paulo (SP), pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores. O DMA é membro titular do Conselho Gestor do Fundo.

### Saneamento Básico

O DMA participou, no dia 13 de outubro, de reunião na Secretaria de Administração, em Ribeirão Preto (SP), que discutiu o relatório

de diagnóstico do sistema de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas da cidade.

### Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

#### Compras sustentáveis

A proposta de norma internacional ISO sobre compras sustentáveis foi o tema das reuniões realizadas nos dias 23 e 24 de outubro, em São Paulo (SP), pela Comissão Especial de Estudos sobre Compras Sustentáveis (ABNT/CEE 277). Nos encontros, foram analisados os comentários formulados pelos demais países e consolidado o posicionamento da delegação brasileira para a reunião a ser realizada em Cingapura.

#### Acústica

A revisão das normas ABNT NBR 10.151 e 10.152, para posterior colocação em consulta nacional, foi efetuada em reunião realizada no dia 24 de outubro na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Campinas (SP).

### APA Piracantareira

#### Pré-zoneamento

No dia 14 de outubro, foi realizada em Bragança Paulista (SP) a segunda oficina para a apresentação de propostas referentes ao zoneamento interno da Unidade de Conservação formada pelas Áreas de Proteção Ambiental (APA) Piracicaba/Juqueri-Mirim (área II), Sistema Cantareira e Represa Bairro da Usina, visando ao estabelecimento de critérios para as diretrizes que definirão as normas, restrições e recomendações para exploração e ocupação das áreas. A consolidação das propostas de zoneamento e do plano de manejo da APA Piracantareira ocorreu no dia 29 de outubro, durante a realização, também em Bragança Paulista, de nova oficina.

### APA Botucatu

#### Erosão

O Conselho Gestor da APA Botucatu promoveu reunião, no dia 17 de outubro, para apresentação da evolução das ações do Ministério Público, Prefeitura de Pardinho e Cetesb referentes a uma erosão existente na beira da rodovia Castelo Branco.



## Mantenha-se atualizado sobre a área ambiental

O crescimento da conscientização ambiental, a velocidade de alterações das políticas públicas e as implicações dessas mudanças no cotidiano de empresas e consumidores aumentaram a demanda por informações qualificadas pertinentes ao setor ambiental.

O Informe Ambiental da Fiesp fornece informações de forma rápida e consistente sobre a área ambiental e atividades do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp. Para receber o Informe Ambiental todos os meses e manter-se atualizado sobre os temas em discussão de interesse do setor industrial no Estado de São Paulo e no País, basta enviar uma mensagem para o endereço [cdma@fiesp.com](mailto:cdma@fiesp.com) com o título "Cadastro do Informe Ambiental".

# Comitês de Bacias Hidrográficas

## Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

### Restrição de vazões

A minuta de portaria de restrição de vazões nas bacias PCJ para os usuários outorgados nas bacias dos rios Jaguari e Atibaia, influenciados diretamente pelo Sistema Cantareira, foi discutida em reunião promovida pela Agência Nacional de Águas (ANA) com os setores industrial, de saneamento e rural. No encontro, realizado no dia 1º de outubro, em Campinas (SP), foram apresentados posicionamentos quanto às condições que o setor industrial necessita para a manutenção da operação dos diferentes tipos de indústria e sobre a impossibilidade operacional de restrição horária das outorgas.

Em 13 de outubro, o DMA encaminhou à ANA o posicionamento do setor industrial acerca da minuta de restrição de vazões nas bacias dos rios Atibaia e Jaguari. O documento, que foi discutido com as diretorias regionais do Ciesp e com usuários diretos de recursos hídricos, incorpora novos pontos de medição, critérios de restrição e aspectos jurídicos de isonomia, entre outros aspectos. A Agência Nacional de Águas irá realizar nova apresentação da minuta de portaria, antes da publicação, com os resultados dos posicionamentos recebidos.

### Acompanhamento do plano de bacias

O termo de referência para atualização do Plano de Bacias PCJ foi analisado e discutido em reunião realizada no dia 1º de outubro, em Jundiá (SP), pelo Grupo Técnico de Acompanhamento do Plano de Bacias PCJ. As sugestões apresentadas no encontro foram encaminhadas para a coordenação do grupo.

### Grupo Técnico de Estiagem

A estratégia para negociar a restrição de uso de água na outorga de captação das indústrias que têm instalações nas bacias dos rios Jaguari e Atibaia foi rediscutida e formatada em reunião realizada pelo Grupo Técnico de Estiagem no dia 6 de outubro, em Campinas (SP).

No dia 8 de outubro, o DMA esteve na Agência PCJ, em Piracicaba (SP), para a reunião de apresentação do andamento das atividades emergenciais propostas para 2014 e avaliação da situação da estiagem nas bacias PCJ até aquele momento.

### Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)

O DMA realizou, no dia 9 de outubro, visita técnica ao Sistema Cantareira. Foram visitados os reservatórios, obras de utilização do volume morto e centro operacional.

### Barragens Pedreira e Duas Pontes

O Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) apresentou, no dia 13 de outubro, em Campinas (SP), os projetos de construção das barragens Pedreira e Duas Pontes. No encontro, foram respondidas questões apresentadas pelo público. Será dada continuidade aos trabalhos para o início das obras.

### Câmara Técnica da Indústria (CT-Ind)

A Resolução Conjunta ANA-DAEE, que irá estabelecer as regras e condições de restrições para captações de água nas bacias dos rios

Jaguari, Camanducaia e Atibaia, foi discutida em reunião realizada pela Câmara Técnica da Indústria no dia 15 de outubro, em Piracicaba (SP). No encontro, foram apresentados os critérios para reúso, considerando o balanço hídrico e a qualidade do corpo receptor para utilização desse tipo de tecnologia. Também foram apresentados dados referentes ao questionário sobre tratamento de efluentes que servirão para a contratação, pela Agência PCJ, de uma consultoria para as indústrias interessadas em melhorar processos.

### Enquadramento dos corpos d'água

O andamento das atividades e os resultados das discussões para equacionar a solicitação de Vargem Paulista em relação à atualização de classificação de trecho, para enquadramento no rio Jaguari, foram apresentados em reunião realizada no dia 24 de outubro, em Vargem Paulista (SP).

## Baixada Santista (CBH-BS)

### Análise de Empreendimentos (CE-AE)

O Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referente ao Projeto LOGUM – Trecho de Paulínia e Região Metropolitana de São Paulo foi apresentado em reunião da Comissão Especial de Análise de Empreendimentos realizada em 2 de outubro, em Santos (SP).

## Alto Tietê (CBH-AT)

### GT Consultas Ambientais

Os estudos e relatórios de impactos ambientais (EIA/RIMA), bem como os pareceres técnicos do Rodoanel Norte e loteamentos, foram discutidos em reunião realizada no dia 2 de outubro, em São Paulo (SP). No encontro, também foram analisadas informações sobre o processo de licenciamento ambiental do Sistema Produtor São Lourenço.

### Reunião extraordinária

A situação atual do fornecimento de água em São Paulo pelas concessionárias foi apresentada em reunião realizada no dia 3 de outubro, em São Paulo (SP). No encontro, foram atualizadas as informações pelos representantes do Grupo de Assessoria do Sistema Cantareira.

### GT Gestão da Demanda

O plano de trabalho para incentivo à redução da demanda de água na Grande São Paulo foi aprovado em reunião realizada em 15 de outubro, em São Paulo (SP). O plano contempla capacitação, solicitação de redução de impostos para equipamentos economizadores e treinamento em condomínios, entre outras ações a serem realizadas por meio de parcerias.

### GT Estruturação

A proposta de atribuições, participantes e plano de trabalho da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico foi discutida em reunião realizada no dia 22 de outubro, em São Paulo (SP).

## Baixo Tietê (CBH-BT)

### Câmaras Técnicas

As metas e ações do Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Baixo Tietê foram analisadas e discutidas em reuniões conjuntas das câmaras técnicas realizadas nos dias 17 e 23 de outubro, em Araçatuba (SP).

## Turvo/Grande (CBH-TG)

### Reunião conjunta

O GT Nitrato e a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) realizaram reunião conjunta, no dia 6 de outubro, em São José do Rio Preto (SP), para discussão do termo de referência, escolha dos principais pontos a serem amostrados no município de São José do Rio Preto e da possibilidade de inclusão de outros parâmetros no estudo.

### Fehidro 2015

As demandas de projetos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para 2015 foram discutidos em reunião dos coordenadores das Câmaras Técnicas do CBH-TG. O encontro ocorreu em São José do Rio Preto (SP), no dia 20 de outubro.

### GT Relatório de Situação

A elaboração do relatório de situação da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Turvo/Grande para o ano de 2014 foi o tema da reunião realizada pelo GT no dia 24 de outubro, em São José do Rio Preto (SP).

## Sapucaí Mirim e Grande (CBH-SMG)

### Revisão de critérios

A Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos discutiu, em reunião realizada no dia 7 de outubro, em Franca (SP), a revisão dos critérios de pontuação, hierarquização e priorização para a proposta de financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para o ano de 2015.

## São José dos Dourados (CBH-SJD)

### Câmaras Técnicas e Grupo de Trabalho

O diagnóstico preliminar do Plano de Bacia foi analisado em reunião conjunta das câmaras técnicas e do grupo de trabalho do Plano de Bacia do CBH-SJD. O encontro ocorreu em Jales (SP), no dia 8 de outubro.

## Rio Pardo (CBH-Pardo)

### Relatório de situação

Os trabalhos do Relatório de Situação 2014, ano-base 2013, foram o tema da reunião realizada pela Câmara Técnica de Trabalho Permanente do Relatório Anual de Situação dos Recursos Hídricos e Plano de Bacia. A reunião ocorreu em Ribeirão Preto (SP), no dia 8 de outubro.

## GT Uso da Água

Os encaminhamentos do GT para análise do projeto de transposição das águas da represa do Jaguari para a represa Atibainha foram discutidos em reunião realizada no dia 13 de outubro, em Taubaté (SP). Uma reunião conjunta com o Grupo de Articulação Institucional do CEIVAP, na qual a ANA fará uma apresentação do relatório do estudo de viabilidade do projeto, considerando o sistema integrado, foi agendada para o dia 24 de outubro.

### Câmara Técnica de Planejamento (CT-PLAN)

Os critérios de hierarquização dos projetos que poderão ser financiados com recursos da cobrança e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) foram discutidos em reunião realizada no dia 14 de outubro, em Taubaté (SP).

## Rio Grande (CBH-Grande)

### Câmara Técnica Institucional e Legal (CT-IL)

A revisão do regimento interno do CBH foi discutida em reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal do Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Rio Grande. A reunião foi realizada em 16 de outubro, em Ribeirão Preto (SP).

## Paranapanema (CBH-Paranapanema)

### GT Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH)

Em reunião realizada no dia 20 de outubro, em Londrina (PR), foi dada continuidade à elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos. No encontro, foi apresentado relato sobre as oficinas de construção realizadas em todos os comitês afluentes do Paranapanema.

## Sapucaí Mirim e Grande (CBH-SMG)

### Fehidro 2015

A revisão dos critérios de pontuação, hierarquização e priorização para a proposta de financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para 2015 foi discutida pela Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos em reunião realizada no dia 21 de outubro, em Franca (SP).

## Tietê Batalha (CBH-TB)

### Câmaras Técnicas

As diretrizes e critérios do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015 foram o tema central da reunião conjunta das Câmaras Técnicas do CBH-BT. A reunião ocorreu em Novo Horizonte (SP), no dia 22 de outubro.

## Paraíba do Sul (Ceivap)

### Transposição de águas

O projeto de transposição das águas do rio Paraíba do Sul para São Paulo foi discutido em reunião conjunta do Grupo de Articulação Institucional do CEIVAP e do GT Uso da Água, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS). A reunião foi realizada no dia 24 de outubro, em Resende (RJ).

## Legislação Ambiental

# Legislação Ambiental -Diplomas Legais Recentes

## Federal

### Resolução Ana nº 1309, de 29 de agosto de 2014

Dispõe sobre a redução temporária da vazão mínima afluente à barragem de Santa Cecília, no Rio Paraíba do Sul.

### Portaria MMA nº 390, de 23 de outubro de 2014

Prorroga o prazo de consulta pública da minuta de acordo setorial para a implantação de Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral.

### Portaria MMA nº 365, de 6 de outubro de 2014

Altera o Anexo II da Portaria nº 289, de 16/07/13, que dispõe sobre os procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no licenciamento ambiental de rodovias e na regularização ambiental de rodovias federais.

### Portaria MMA/MT nº 364, de 30 de setembro de 2014

Altera o Anexo I da Portaria Interministerial I nº 288, de 16/07/13, que institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis (Profas), para fins de regularização ambiental das rodovias federais.

### Portaria MMA nº 363, de 2 de outubro de 2014

Institui o Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério do Meio Ambiente (SIC/MMA), dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências.

### Portaria MMA nº 349, de 26 de setembro de 2014

Institui o Projeto áreas protegidas marinhas e costeiras (Projeto GEF-MAR)

### Instrução Normativa Ibama nº 15, de 6 de outubro de 2014

Institui o Sistema Nacional de Emergências Ambientais (Siema), ferramenta informatizada de comunicação de acidentes ambientais, visualização de mapas interativos e geração de dados estatísticos dos acidentes ambientais registrados pelo Ibama.

### Deliberação CORI nº 10/2014

Estabelece medidas para a simplificação dos procedimentos de manuseio, armazenamento seguro e transporte primário de produtos e embalagens descartados em locais de entrega integrantes de sistemas de logística reversa instituídos nos termos da Lei nº 12.305, de 2/08/10.

### Deliberação CORI nº 9/2014

Estabelece a meta quantitativa do sistema de logística reversa de embalagens em geral de que trata item 5.7 do edital de chamamento 02/2012.

## Estadual (SP)

### Decreto nº 60.836, de 16 de outubro de 2014

Altera a redação do § 8º do artigo 37 do Decreto nº 60.302, de 27 de março de 2014, que instituiu o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo (Sigap).

### Decreto nº 60.788, de 19 de setembro de 2014

Dá nova redação ao artigo 8º do Decreto nº 55.662, de 30/03/10, que cria o Parque Estadual de Itaberaba, o Parque Estadual de Itapetininga, a Floresta Estadual de Guarulhos e o Monumento Natural Estadual da Pedra Grande e acrescenta dispositivo ao Anexo I, do Decreto nº 51.453, de 29/12/06, que criou o Sistema Estadual de Florestas (Siefior), alterado pelo Decreto nº 54.079, de 4/3/09.

### Decreto nº 60.766, de 29 de agosto de 2014

Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 60.582, de 27/06/14, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, cria Parques Agrícolas Estaduais, estabelecendo as condições para o desenvolvimento sustentável da produção aquícola no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

### Resolução SMA nº 85, de 20 de outubro de 2014

Estabelece os critérios para avaliação e classificação dos municípios do Estado de São Paulo no Programa Pacto das Águas - Ciclo 2013-2015, no âmbito do Programa Município VerdeAzul, e dá providências correlatas.

### Resolução SMA nº 84, de 13 de outubro de 2014

Dispõe sobre a estrutura e a composição da Unidade de Gerenciamento Local (UGL) Meio Ambiente, do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, instituída pelo Decreto Estadual 60.029, de 3/01/14.

### Resolução SMA nº 83, de 13 de outubro de 2014

Altera dispositivos da Resolução SMA 48, de 26/05/14, que dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas.

### Resolução SMA nº 81, de 6 de outubro de 2014

Estabelece diretrizes para implementação do Módulo Construção Civil do Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos (Sigor) e dá providências correlatas.

### Portaria DAEE nº 2.434, de 10 de outubro de 2014

Aprova a norma que disciplina a utilização de recursos hídricos subterrâneos, provenientes de processos de remediação em áreas contaminadas.

### Portaria SMA nº 26, de 24 de setembro de 2014

Designa a Comissão de Avaliação de projetos de recomposição de vegetação a serem implantados no âmbito do Programa Mata Ciliar, conforme previsto no § 3º do artigo 3º da Resolução SMA 70, de 2/09/14.

### Portaria DAEE nº 2.257, de 23 de setembro de 2014

Suspende as análises de requerimentos e as emissões de outorgas de Autorização de Implantação de Empreendimento e de Direito de Uso, para novas captações de água de domínio do Estado, nas áreas das bacias hidrográficas dos rios Turvo/Grande (UGRHI 15) e do rio São José dos Dourados (UGRHI 18), nas modalidades e condições que especifica.

### Decisão Cetesb nº 310, de 21 de outubro de 2014

Procedimentos para aceitação, pela Cetesb, de Relatórios de Ensaio que envolvam amostragem de águas subterrâneas.

## Projetos de lei (PL)

### PL 1.324/13

Dispõe sobre a criação do Sistema de Reaproveitamento da Água da Chuva para utilização não potável nos prédios públicos da administração direta e indireta do Estado.

### PL 1.325/13

Institui ação conjunta para a compostagem dos resíduos orgânicos do processamento de alimentos nas unidades do Restaurante "Bom Prato" e nas escolas da Rede Pública Estadual de Educação, a fim de destinar o composto orgânico resultante a projetos de agricultura familiar, às hortas comunitárias e à conservação da jardinagem em próprios públicos.

### PL 1.326/13

Institui o Programa Estadual de Incentivo ao Uso de Produtos Biodegradáveis para Lavagem e Higienização a Seco em Veículos.

### PL 1.329/13

Dispõe sobre a instalação de um sistema de reaproveitamento da água da chuva para utilização não potável nos prédios e moradias construídos pela CDHU no Estado.

conservação e reúso de

# ÁGUA

10º PRÊMIO FIESP

## 10º Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água

Inscrições para o Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água podem ser feitas até 12 de dezembro

A Fiesp está com inscrições abertas para a 10ª edição do “Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água”. A iniciativa é uma forma de divulgar as ações do setor industrial na área. O Prêmio objetiva conhecer, difundir e homenagear, anualmente, empresas que utilizam boas práticas na promoção do uso eficiente de água, com medidas efetivas na redução do consumo e do desperdício de água, gerando benefícios ambientais, econômicos e sociais e aumentando a competitividade do setor, bem como dar ampla publicidade às ações realizadas pela indústria paulista na construção do desenvolvimento sustentável.

Em 2013, a Toyota do Brasil e a Antares Reciclagem foram as vencedoras do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso da Água. A Ambev e a Votorantim Metais receberam menções honrosas. No hotsite com o regulamento, é possível conhecer todos os casos de sucesso que receberam a premiação.

O prazo para inscrição e envio dos projetos podem ser feitos até o dia 12 de dezembro no site [www.fiesp.com.br/premioagua](http://www.fiesp.com.br/premioagua).

Podem ser inscritos projetos implantados no Estado de São Paulo por empresas em duas categorias: ‘Micro e Pequeno Porte’ ou ‘Médio e Grande Porte’.

No hotsite do evento, há todas as informações necessárias para participação. O resultado será divulgado em 24 de março de 2015, para comemorar o Dia Mundial da Água.

A participação é gratuita.

Data limite para pré-inscrição eletrônica: até 12 de dezembro de 2014, no site da Fiesp: <http://www.fiesp.com.br/premioagua>

Envio dos projetos: até 12 de dezembro de 2014

Solenidade de premiação: 24 de março de 2015

Mais informações: (11) 3549-4366 e [premioagua@fiesp.com](mailto:premioagua@fiesp.com)

Apoladores

**CIESP** **SENAI**

## Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp. Circulação mensal.

Comentários e sugestões: Tel.: (11) 3549-4675 / Fax.: 3549-4237 • [cdma@fiesp.com](mailto:cdma@fiesp.com) • [www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br)

Edição: Fábrica C

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.